

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 250, de 07 de agosto de 1997

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Sexagésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 06 e 07 de agosto de 1997, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, considerando que:

- a falta de uma política de valorização dos servidores da saúde tem sido um dos grandes entraves na consolidação do SUS;
- a grande maioria dos servidores públicos do SUS está sem reajuste salarial há quase três anos;
- nesse período acumulou-se uma inflação superior a 40% proporcionando correspondente perda no poder aquisitivo decorrente de reajustes de preços e tarifas como por exemplo energia elétrica, combustível, mensalidades escolares, etc;
- o Presidente da República declarou o ano de 1997 O Ano da Saúde;
- a estimativa de gasto para pagamento de pessoal previsto no orçamento de 1997 é de R\$ 4.555.860,077, sendo gasto até 31 de julho de 1997 os valores correspondentes a R\$ 2.166.043,948, incluindo-se 50% do 13º salário.

RESOLVE:

1) Que, de maneira emergencial, seja concedido um abono a todos os servidores do SUS, das três esferas de governo, correspondente a um valor de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) para cada servidor, em uma única parcela. A regulamentação do referido abono será proposta pelo Conselho Nacional de Saúde.

CARLOS CÉSAR S. DE ALBUQUERQUE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 250, de agosto de 1997, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

CARLOS CÉSAR S. DE ALBUQUERQUE

Ministro de Estado da Saúde

